

SENTIDO: SUAS DETERMINAÇÕES E SEUS ACIDENTES

Juliana Vieira CHALUB (UFMG)¹

RESUMO: Se pensarmos o sentido como um todo nós descobriremos que ele é sempre provisório e, por isso, não podemos pretender, através dele, esgotar a realidade a que ele se refere. Para tanto, o sentido será decomposto e recomposto a fim de realizar um percurso do mais complexo ao mais simples; retomando, a partir de suas partes, o conjunto, com o objetivo de apreender suas dimensões e então perceber sua complexidade. Introduziremos a possibilidade de perceber o sentido, nos estudos de Análise do Discurso, através das Categorias de pensamento estipuladas por Aristóteles.

ABSTRACT: If we think of the *meaning* as a whole, we will discover that it is always provisory and, therefore, we cannot intend, through it, to deplete the reality that it mentions itself. For in such a way, the *meaning* will be decomposed and recomposed in order to carry through a passage of the most complex to simplest; retaking, from its parts, the set, with the objective to apprehend its dimensions and then to perceive its complexity. We will introduce the possibility to perceive the meaning, in the studies of Speech Analysis, through the Categories of thought stipulated by Aristotle.

1- Introdução

Estudar nossas formas de comunicação é algo que intriga o homem há tempos, por isso, a maneira pela qual compreendemos/produzimos sentidos incita pesquisas em diversas áreas do conhecimento.

Nesta parte de nossa pesquisa, cabe-nos delimitar o sentido. Se pensarmos o sentido como um *todo*, descobriremos que ele é sempre provisório e não poderemos pretender, através dele, esgotar a realidade a que ele se refere. Quer dizer, “há sempre algo que escapa às nossas sínteses, isso, porém, não nos dispensa do esforço de elaborar sínteses, se quisermos entender melhor a nossa realidade”². Para tanto, o sentido será aqui decomposto e recomposto a fim de realizar um percurso do mais complexo ao mais simples; retomando, a partir de suas partes, o conjunto, com o objetivo de apreender suas dimensões e então perceber sua complexidade.

Para isso, este trabalho apresentará uma possibilidade de perceber o sentido, nos estudos de Análise do Discurso, através dos *predicáveis* estipulados por Aristóteles. Ele os formulou com intuito de potencializar o uso dos argumentos, embora a aplicação desses tenham como objetivo primeiro a verdade, em nossa pesquisa, *definição, propriedade, gênero e acidente* terão função de permitir revelar tanto as determinações (lingüísticas) como o provisório (práxis) os quais constituem a formação da estrutura do sentido.

É nos *Tópicos* que Aristóteles apresenta seus quatro *predicáveis* que juntos constituem num método lógico para raciocinar a respeito das coisas. Assim para Aristóteles *definição* é um predicável que revela a essência daquilo que se predica, pois “mostrar que as coisas são idênticas não basta para estabelecer uma definição. Demonstrar por outro lado que não são idênticas é suficiente para lançá-la por terra”³. A definição, portanto dentro da lógica dos predicáveis é o patamar máximo de singularidade de algo.

Exemplo: a) Definição de Sócrates: Homem

Já a *propriedade* é aquele *predicável* que revelará as características próprias daquilo que se categoriza sem ser a essência. É preciso ressaltar que uma *propriedade* não tem caráter falível ou furtivo, ou seja, uma propriedade exige distinção.

Exemplo: b) Propriedade do homem: capacidade de aprender gramática

O *gênero* é sempre aplicado mais amplamente, isso faz com que vários elementos pertençam ao mesmo gênero “como, por exemplo, do homem seria apropriado dizer ‘é um animal’. Com efeito, ao afirmar

¹ jchalub@gmail.com

² KONDER, 1992, 37.

³ Aristóteles, 1978, 110.

que animal é o gênero do homem assim como do boi teremos afirmado que eles pertencem ao mesmo gênero”⁴, pela lógica não se pode ter um gênero de um só elemento, e o gênero mantém com seus componentes uma identidade de essência, por exemplo, branco é uma qualidade, cor (que é o gênero de branco) também é uma qualidade. Entretanto contrários podem fazer parte do mesmo gênero a não ser que exista um contrário do próprio gênero. Agora se alguma coisa e seu contrário não fizerem parte de nenhum gênero, serão eles, cada um, gêneros, como por exemplo, “bem” e “mal”

O quarto predicável faz com que seja necessário contrapor *predicados universais* (todo prazer é bom/nenhum prazer é bom) e *predicados particulares* (algum prazer é bom/algum prazer não é bom). O acidente é um predicado condicional não universal, nessa seqüência, o *acidente*, revela características provisórias, situacionais, ou seja, que podem pertencer a algo e deixar de pertencer sem que esse algo se descaracterize.

Como não poderia deixar de ser nossa reflexão a respeito do sentido se dará seguindo o método de raciocínio aristotélico. Assim, para esclarecer sobre o que estamos discutindo somos impelidos a tratar o que é essencial (*definição*) a ele. Acreditamos que fazem parte da definição de sentido a linguagem, o sujeito, e as coisas das quais se falam (mundo), pois sem esses “pilares” não existiria nenhum tipo de produção significativa, não haveria comunicação. *Usar* a linguagem é algo intrínseco ao sentido, pois é na prática lingüística que se produz sentido, ou seja, se não houvesse a necessidade humana de se comunicar, de falar sobre as coisas para alguém, não teríamos desenvolvido, talvez, nenhuma estratégia para se fazer entender. Essa reversibilidade será percebida, ao longo desse trabalho, entre todos os elementos que constituem o sentido.

É muito importante fazer perceber essa relação orgânica dos elementos do sentido, e que ao falarmos de um, automaticamente, estaremos falando da relação como um todo. Isso porque esse trabalho visa ao funcionamento dessa estrutura a qual é constituída por elementos difíceis de serem apreendidos através de uma metodologia rígida. Por isso, esse referencial teórico do qual nos valemos levará em conta um percurso metodológico que “avalie a possibilidade de integrar níveis de determinação com alguma dimensão do acaso”⁵. Desta maneira, reunimos nesse capítulo algumas teorias que direta ou indiretamente contribuíram para as discussões a respeito do sentido e que nos guiarão para uma compreensão dessa estrutura.

2- Determinações do sentido

Investigar o sentido, em nossa linha de pesquisa, requer assumir a necessidade de ressaltar suas determinações lingüísticas visando a um entendimento das normas que, de certa maneira, têm a função tanto de organizar como criar resistência a um relativismo generalizado da significação⁶.

Na tentativa de delimitar a natureza do objeto central dos estudos lingüísticos fez com que Ferdinand de Saussure refletisse sobre o *signo*. Para ele língua e pensamento são indissociáveis, como lados opostos de uma folha de papel, quando a rasgarmos, abarcaremos ambos, ou seja, a língua, para Saussure, é a expressão do pensamento e sem ela, o pensamento não passa de uma “massa amorfa e indistinta”.

Nessa orientação o autor parte para um percurso em que a *langue* ocupa lugar de maior interesse em relação a *parole*. A *langue* como define Saussure “constitui-se num sistema de signos, onde de essencial só existe a união do sentido e da unidade acústica”⁷ é o lugar onde podem ser determinadas as regras; um “tesouro depositado pela prática da fala em todos os indivíduos pertencentes à mesma comunidade, um sistema gramatical que existe virtualmente em cada cérebro”⁸. Já a *parole* é a fala, ato individual, que só se torna possível pela língua que é instituição coletiva.

A distinção entre *langue* e *parole* nos fornece a metodologia central de Saussure para delimitar seu objeto de estudo, esse método consistiu em “separar ao mesmo tempo: 1º o que é social do que é individual; 2º, o que é essencial do que é acessório e mais ou menos acidental”⁹. O que o autor fez, portanto, foi categorizar seu objeto e preferiu tratar primeiro de suas determinações, de sua natureza. Essa separação delimita claramente a predileção do autor por um estudo da forma ao estudo do uso.

⁴ ARISTÓTELES, 1978, 111.

⁵ MARI, 1991, 16.

⁶ Cabe aqui uma delimitação do que entendemos por significação. Neste trabalho a significação será definida como o processo que forma o sentido.

⁷ SAUSSURE, 1971, 23.

⁸ SAUSSURE, 1971, 21.

⁹ SAUSSURE, 1971, 22.

A atenção foi voltada para o fato essencial, segundo o lingüista, de que a linguagem é um sistema de signos. E o signo lingüístico foi definido como a associação de duas imagens, uma acústica que é o *significante* (*Se*) e outra conceitual que é o *significado* (*So*); “esses dois elementos estão intimamente ligados e um reclama o outro”¹⁰ e tem como princípio primeiro a arbitrariedade.

O princípio de arbitrariedade do signo que estabeleceu a relação entre significante/significado (*Se/So*) e promoveu, à primeira vista, uma liberdade radical para o significante. Este princípio foi demonstrado pelo conhecido exemplo de que “a idéia de ‘mar’ não está ligada por relação alguma interior à seqüência de sons m-a-r que lhe serve de significante; poderia ser representada igualmente bem por qualquer outra seqüência, não importa qual(...)”¹¹.

Essa postura saussuriana possibilitou críticas e dúvidas a respeito de tal princípio, pois, deste modo, existiria a possibilidade de se modificar o significante a qualquer momento já que uma seqüência fonética “representaria” qualquer *So*. Essa radicalização fez com que Benveniste (1991, I) discutisse tal conceito e rebatesse concluindo que “o signo elemento primordial do sistema lingüístico, encerra um significante e um significado cuja ligação deve ser reconhecida como necessária”¹². O que Benveniste mostrou é que no signo a relação entre *significante* e *significado* só é arbitrária em relação a uma realidade objetiva e não ao *conceito*, pois esse último e a imagem acústica foram “juntos impressos no meu espírito”¹³.

Entretanto, em uma outra passagem de sua obra, Saussure “ênfatiza e relaciona o arbitrário do signo com sua natureza intersubjetiva/social, desautorizando uma relação de livre arbítrio”¹⁴ e percebe a impossibilidade de se mudar um significante devido ao peso imposto por uma herança social do uso destes. Nesse momento é o signo que Saussure coloca em questão dizendo que “aprofundando a questão, vemos que, de fato, a própria arbitrariedade do signo, põe a língua ao abrigo de toda tentativa que vise a modificá-la”¹⁵.

Para nosso trabalho, interessa reforçar que o signo é arbitrário porque ele não é autônomo, pois as unidades lingüísticas têm uma identidade inteiramente relacional. Visto dessa forma o signo assumirá seu *valor* dentro do sistema lingüístico, pois “é uma grande ilusão considerar um termo simplesmente como a união de um som com certo conceito. Defini-lo assim seria isolá-lo do sistema do qual faz parte”¹⁶.

A idéia de *valor* é, para nós, o eixo da teoria de Saussure. O *valor* é o resultado das oposições, dos contrastes (relações paradigmáticas) entre um termo e outro que podem ser seus substitutos e das relações combinatórias (sintagmáticas) entre termos que o acompanham. A partir dessa visão o *significado* de uma palavra deixa de ser o objeto em si e passa a ser produzido dentro do sistema, então, a relação linguagem/mundo não pode mais ser vista como uma referência direta.

O sentido, tal como nos é comunicado no discurso, depende das relações da palavra com as outras palavras do contexto, e tais relações são determinadas pela estrutura do sistema lingüístico. O sentido, ou antes, os sentidos de cada palavra, são definidos pelo conjunto dessas relações, e não por uma imagem da qual ele seria o portador. O termo “sentido” encontra assim a sua etimologia, já que ele significa “direção”, orientação para outros signos.¹⁷

Essa percepção da composição do signo e suas relações internas nos colocam no início de um percurso que resultará numa apreensão mais completa do todo complexo que é o sentido.

Através de sua noção de *valor* foi possível vislumbrar o início do estudo dos signos em uso, suas relações, sua execução, seu executores. Ou seja, por essa reflexão a respeito do valor das unidades lingüísticas podemos dizer que talvez tenha sido por uma questão de conjuntura teórica que Saussure não nos deixou nenhuma teoria sobre o discurso, mas, em sua obra, nos apontou tal possibilidade: “A língua (...), não é um barco no estaleiro, mas um barco lançado ao mar, é inútil pensar que é possível prever seu curso sob pretexto de que se conhece exatamente as estruturas de que ele se compõe, sua construção interna segundo um plano”.¹⁸

¹⁰ SAUSSURE, 1971, 80.

¹¹ SAUSSURE, 1971, 81.

¹² BENVENISTE, 1991, 59, I.

¹³ BENVENISTE, 1991, 59, I.

¹⁴ PAZ, 2005, 27.

¹⁵ SAUSSURE, 1971, 87.

¹⁶ SAUSSURE, 1971, 132.

¹⁷ GUIRAUD, 1972, 27.

¹⁸ SAUSSURE, 2004, 248.

3- Para além das determinações do sentido

A oposição estabelecida entre língua e fala pode ser o momento na teoria saussuriana que o sentido pode ser percebido além de suas determinações de forma. Se pensarmos o signo como um limite inferior da significação, ou seja, considerar que abaixo dele não há significação; cabe-nos “tentar ir além de ponto que Saussure chegou na análise da língua como sistema significante”¹⁹.

A linguagem não se deixa dividir mas decompor; suas unidades elementos de base em número limitado, cada um diferente do outro, e suas unidades se agrupam para formar novas unidades e estas por sua vez poderão formar outras ainda de um nível cada vez superior²⁰

O sentido então quando visto para além de suas determinações nos possibilita perceber seus elementos inseridos em outro nível (*uso*). Isto nos faz reconhecer a desconfiança criada em relação aos estudos sobre o tema, pelo fato de que as manifestações do sentido seriam mais livres, fugidias e imprevisíveis. Isto porque, assumir o *uso* como novo paradigma significa não mais perceber o sentido enquanto manifestação puramente semiótica, agora é a noção de semântica que apontará essa nova perspectiva de estudo do sentido.

Benveniste, em sua abordagem teórica, faz preponderar o semântico sobre o semiótico levando, desta maneira, os estudos lingüísticos a avançarem sobre o campo do uso da linguagem, do conteúdo não mais somente das formas, e “a partir do momento em que a língua é considerada como ação, como realização, ela supõe necessariamente um locutor e ela supõe a situação deste locutor no mundo.”²¹

A relação linguagem/sujeito, ou seja, a necessidade mútua e a interdependência como condição de existência de ambos é, para Benveniste, central. Para ele, a linguagem está na natureza do homem e “é na linguagem e pela linguagem que o homem se constitui como sujeito; porque só a realidade fundamenta a realidade, na sua realidade que é a do ser, o conceito de ego”.

Desta forma, ao se estabelecer o sentido como sendo essencialmente linguagem/sujeito/mundo, percebe-se a que a subjetividade está ligada ao exercício da linguagem, e esse exercício não pode prescindir de uma coletividade que estabeleça consensualmente os modos de organização deste mundo.

Concordamos com Wittgenstein, quando diz que é só no fluxo da vida que as palavras adquirem significado; quando considerado separadamente, o signo, parece morto e só recebe seu “sopro vital” no uso. Visto dessa forma, a prática humana(social) passa a ser mediadora das relações que formam o sentido.

Contudo, o uso é determinado por regras, e estas pertencem a um “pano de fundo” que vão muito além da língua, englobam tanto esta como os participantes (sujeitos), os objetos, as ações humanas e o contexto.

As regras que definem o uso da linguagem são um consenso, por isso não podem existir regras particulares. Deste modo, compreender as regras do uso é um suporte necessário para perceber os sentidos que são formados. O uso é ilimitado e variável; mas mesmo de modo inconsciente o sujeito segue as regras sempre, “sem regra uma expressão não existiria e se fossem mudadas haveria um significado diferente”²² a práxis exerce uma força organizadora que é ao mesmo tempo restritiva e provocadora. Esta última porque promove o nascimento de estratégias do sujeito para se fazer entender, convencer, ou seja argumentar de maneira geral.

Apesar de não ser nosso objetivo aprofundar nessa teoria, é interessante notar que “seguir uma regra aponta para os pressupostos das relações intersubjetivas. Todavia, apesar de logicamente mais elementar, no nível estritamente pragmático a regra não é anterior a ação”²³. Portanto, um conceito geral não pode *a priori* dar conta de todas as aplicações possíveis. Assim, o sentido é visto de maneira discursiva, ou seja, ele só se delinea em *uso*, não antes desse.

O que isso nos leva a admitir é que a prática social constituiu o homem como sujeito descolando-o da natureza. Podemos assim perceber a capacidade criadora do homem, pois é nessa prática que se encontram tanto as resistências, que não podem ser ignoradas, como o poder do sujeito de estrategicamente superar tal resistência. Se pensarmos o sentido dentro dessa lógica, podemos dizer, em síntese, que o sujeito manipula a linguagem, e é manipulado por ela.

Cada locutor não pode propor-se como sujeito sem implicar o outro, o parceiro que dotado da mesma língua tem em comum o mesmo repertório de formas, a mesma sintaxe de enunciação e igual maneira de organizar o conteúdo. A partir da função lingüística, e em

¹⁹BENVENISTE, 1991, 224, II.

²⁰BENVENISTE, 1991, 225, II.

²¹BENVENISTE, 1991, 224, II.

²²WITTGENSTEIN, 1975, 214, v.II.

²³ <http://www.abstracta.pro.br/revista/Number2/v1n2a6sampaio.pdf>

virtude da polaridade eu:tu indivíduo e sociedade não são mais termos contraditórios, mas complementares²⁴

O que fica claro, dentro dessa perspectiva, é que o sujeito só manifesta sua subjetividade na linguagem em uso, e o ato individual de colocar a língua em funcionamento instaura a característica enunciativa da comunicação. Esse ato individual introduz um locutor, condição para a enunciação, e ao mesmo tempo implanta o outro (alocutário). Entretanto, Lagazzi²⁵ ressalta que mesmo Benveniste tendo deixado claro que a subjetividade só pode ser entendida a partir de uma *realidade dialética* que abarca indivíduo e sociedade definindo-os por uma relação mútua, o fato de parecer privilegiar o sujeito em relação ao social é criticado.

A relação dialógica “eu/tu é fundamental para a questão da subjetividade. Extrapolando essa colocação(...) entendemos essa colocação não sendo de um locutor para um interlocuto, mas como a própria relação locutor/mundo, como posicionamento do sujeito frente a tudo que o cerca.”²⁶

Isto porque, “qualquer pessoa pode fabricar uma língua, mas ela não existe no sentido mais literal, desde que haja dois indivíduos que possam manejá-la como nativos. Uma língua é um consenso coletivo”²⁷. Desta maneira encontra-se a impossibilidade de se produzir/compreender sentidos na ausência de seres humanos organizados socialmente.

Deste modo, podemos dizer que a linguagem possui suas “resistências” (normas, regras), e essas determinações asseguram o reconhecimento entre os interlocutores de uma comunidade. Porém essas marcas funcionais só criam sentidos se inseridas num universo social, e é esse universo que media a relação sujeito/mundo/linguagem, pois isso se faz “pelas valorações sociais, pelas significações sociais, pelas avaliações comuns, aos interlocutores socialmente organizados”²⁸. Por isso entendemos que é a prática social (práxis) que legitima e atualiza o sentido no discurso.

Entretanto, o sujeito benvenistiano não corresponde ao locutor socialmente determinado. Ele é uma instância que marca a capacidade de intersubjetividade, ou seja, de se colocar em discurso. E é isso que nos interessa nesse conceito, pois em virtude da sua capacidade de atualização, ele se desloca de um lugar fixado *a priori* (lingüístico, social, psicológico, antropológico etc.) para a busca de uma unidade dentro de sua heterogeneidade.

O sujeito, então “não se trata de uma unidade empírica ou psicológica, mas de uma unidade de função. Quer dizer, o pacote de heterogeneidades é colocado a serviço de uma pretendida unidade do discurso”.²⁹ A unidade de função, acreditamos, não deve ser entendida como unicidade, mas como uma “busca, quase obsessiva, por uma identidade permanente, que Benveniste deslocou do ontológico para um processo histórico de construção contínua da subjetividade/identidade”³⁰. Desta maneira, esse sujeito é o mais “apropriado” para ser também “jogado ao mar” onde o provisório e o transitório exigem mobilidade.

Essa visão fez com que Paz (2005) denominasse a práxis uma das dimensões, ou seja, parte *essencial* do sentido. Neste trabalho acreditamos também, como já demonstrado, que ela está intimamente ligada à formação do sentido, mas não em sua *definição* e sim como algo característico dele. Ela é uma *propriedade* do sentido. É ela a mediadora, a “engrenagem” dos pilares sujeito, linguagem, mundo. A práxis seria, nesse contexto, a responsável por estabelecer a relação entre os elementos do sentido, para “costurá-los”, criando uma necessidade de atualização constante de tais elementos e promovendo a característica provisória do sentido. A práxis, permite a possibilidade de mudança. É, portanto, na prática social que sentido instaura seu caráter provisório, o que nos leva a pensar que o discurso é o lugar *acidental* do sentido.

Como dissemos anteriormente a AD não pode prescindir de bases nos estudos lingüísticos sobre o signo e sobre, principalmente, a semântica. Pois essa última “instrumentaliza-se formalmente, a fim de prover justificativas sobre o valor de verdade das proposições”, complementando os esforços da AD em criar estratégias para demonstrar a “validade argumentativa das práticas de linguagem”³¹.

Cabe se dizer então que neste trabalho consideraremos que “o discurso é sempre o discurso a respeito de algo: refere-se a um mundo que pretende descrever, exprimir ou representar”³², pois é a partir de um *mise em cène* da linguagem que os seres humanos apresentam suas idéias, opiniões, noções, etc. Quando fazem

²⁴BENVENISTE, 1991, 27, II.

²⁵GUIMARÃES, 1989, 149.

²⁶GUIMARÃES, 1989, 151.

²⁷BENVENISTE, 1991, 20, I.

²⁸PAZ, 2005, 204.

²⁹PAZ, 2005, 201.

³⁰PAZ, 2005, 202.

³¹MARI, 1999, 240.

³²RICOEUR, 1997, 46.

isso, atribuem propriedades às coisas, ampliam ou restringem seu potencial semântico e o estabilizam a partir das práticas sociais onde estão inseridos, criando sentido, validando argumentos e aumentando sua eficácia.

Analisar o discurso é também explicitar as estratégias de produção de sentido, entretanto, a AD dá menos importância a um estudo do sentido, se contentando em percebê-lo como produto retirado de discursos. Uma prova dessa desatenção é a ausência do verbete *sentido* no dicionário de referência da AD³³. Contudo, acreditamos que ao estabelecer métodos para se estudar o sentido, fortaleceremos a análise e, mais ainda, criaremos mecanismos de produção de discursos.

A síntese do que refletimos sobre o sentido poderia ser de que ele se compõe por determinações lingüísticas, não prescinde de um consenso entre interlocutores e é no uso, ou seja, na *prática social* que são definidas as regras de sua produção, não antes. Mas o sentido como vimos é fluido, de difícil apreensão; como estudá-lo no lugar que nós mesmos estabelecemos como provisório, acidental?

Estamos num terreno onde a relação social é, desde o início, linguagem. Mas como pensar, a seu modo, a ordem do discurso, ao mesmo tempo em que remete a posições não discursivas, não os “reflete” exatamente? De fato esta é a única dificuldade, já que os lugares sociais só podem existir através de uma rede de lugares discursivos, os quais se apóiam em uma economia distinta. É preciso admitir que a “encenação” não é uma máscara do real, mas uma de suas formas, estando esse real investido pelo discurso. Aliás, se fosse diferente a AD não teria razão de existir, ela seria apenas um anexo da sociologia, da história, totalmente dedicada a mostrar como conjunturas se traduzem em enunciados.³⁴

Nosso interesse pelos *Tópicos* se justifica no momento que nos fazem notar a importância *predicáveis* para o estudo do sentido. Isto porque, quando usados como um método de análise, demonstram um imbricamento entre a Semântica e a Análise do Discurso, reconhecendo tanto operações entre propriedades lexicais que engendram no plano do enunciado, quanto outras operações que extrapolam a alçada restritiva da língua. Essa importante e produtiva interseção foi também apontada por Mari (1999:247) quando diz que “um cálculo do significado torna-se uma estratégia importante para a implementação da produção de sentido”, o que reitera a validade de nossa proposta.

Não é mais possível, portanto, conceber a AD “como uma abordagem única e fechada, centrada numa metodologia, num só tipo de *corpus* e organizada em torno de uma só grande escola”, pois se dedica ao discurso e com um objeto tão heterogêneo, reconhece como afirma Mangueneau (1995:5) “qu’il n’y a pas d’accès unique à c discours mais une multiplicité d’approches gouvernées par des préoccupations très variées”.

4- Referências bibliográficas

ARISTÓTELES. *Arte retórica e Arte poética*. São Paulo: Difusão Européia, 1959.

ARISTÓTELES. *Organon*. Bauru, SP: EDIPRO. 2005

ARISTÓTELES. *Tópicos; Dos argumentos sofísticos*. São Paulo: Abril Cultural, 1978 (Os Pensadores).

ASSIS, Machado de. *Obras completas*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1997.

BENVENISTE, Emile. *Problemas de lingüística geral I*. 3. ed. Campinas: Pontes: Ed. UNICAMP, 1991.

BENVENISTE, Emile. *Problemas de lingüística geral II*. 3. ed. Campinas: Pontes: Ed. UNICAMP, 1991.

BERTI, Enrico. *Aristoteles no século XX*. São Paulo: Loyola, c1997. 334p.

CHARAUDEAU, Patrick; MAINGUENEAU, Dominique; KOMESU, Fabiana. *Dicionário de análise do discurso*. São Paulo: Contexto, 2004.

³³ CHARAUDEAU, MAINGUENEAU, 2004.

³⁴ MAINGUENEAU, 1998, 12.

- CHARAUDEAU, Patrick. *Análise do Discurso: controvérsias e perspectiva*. In: MARI, H. et al. (orgs.). *Fundamentos e Dimensões da Análise do Discurso*. Belo Horizonte: Carol Borges, 1999.
- CULLER, Jonathan. *As idéias de Saussure*. São Paulo: Cultrix, 1979. 105p.
- GADET, Françoise; HAK, Tony. *Por uma análise automática do discurso: uma introdução a obra de Michel Pêcheux*. 3. ed. Campinas, SP: Ed. da UNICAMP, 1997.
- GUIMARÃES, Eduardo. *História e sentido na linguagem*. Campinas, SP: Pontes, 1989.
- HABERMAS, Jürgen. *Agir comunicativo e razão destrancendentalizada*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2002. 111p. ISBN
- HJELMSLEV, Louis. *Ensaio lingüístico*. São Paulo: Perspectiva, 1991. 293p
- HJELMSLEV, Louis. *Prolegômenos a uma teoria da linguagem*. São Paulo: 1975. 147p.
- KONDER, Leandro. *O que é dialética*. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1993.
- LADRIÈRE, Jean; MUCHAIL, Salma Tannus. *A articulação do sentido*. São Paulo: E.P.U.: EDUSP, 1977. 244 p.
- MAINGUENEAU, Dominique. *Initiation aux méthodes de l'analyse du discours: problèmes et perspectives*. Paris: Hachette, c1976. 191 p.
- MAINGUENEAU, Dominique. *Novas tendências em análise do discurso*. Campinas: UNICAMP, 1998.
- MARI, Hugo; MACHADO, Ida Lúcia e MELLO, Renato. *Análise do Discurso em Perspectiva*. BH, NAD, 2003..
- MARI, Hugo. *Análise do Discurso e Semântica: das diferenças e das implicações*. In: MARI, H. (orgs.). *Fundamentos e Dimensões da Análise do Discurso*. Belo Horizonte: Carol Borges, 1999.
- _____. *Os lugares do sentido*. Belo Horizonte: UFMG/FALE/NAPq, 1991.
- PAZ, Florêncio de Souza. *Saussure, Benveniste, Wittgenstein e os fundamentos do sentido discursivo*. 2005. enc. Tese (doutorado) - Universidade Federal de Minas Gerais.
- SANTOS, Fausto dos. *Filosofia aristotélica da linguagem*. Chapecó, SC: Argos - Editora Universitária, 2002.
- SAUSSURE, Ferdinand de; BALLY, Charles; SECHEHAYE, Albert; RIEDLINGER, Albert. *Curso de lingüística geral*. Trad. A.Chelini, J.P.Paes, I. Blikstein. São Paulo: Cultrix, 1995.
- SAUSSURE, Ferdinand de; JAKOBSON, Roman; JAKOBSON, Roman; JAKOBSON, Roman; HJELMSLEV, Louis Trolle; HJELMSLEV, Louis Trolle; HJELMSLEV, Louis Trolle; CROMSKY, Noam. *Textos selecionados*. 2.ed. São Paulo: 1978.284p (Os pensadores)
- ORLANDI, Eni Pulcinelli. *Análise de discurso: princípios & procedimentos*. 3. ed. Campinas: Pontes, 2001.
- PEREIRA, Oswaldo Porchat. *Ciência e dialética em Aristóteles*. São Paulo: UNESP, 2001. 415 p
- PINTO, P. R. M. *Análise do Discurso e Argumentação*. In: MARI, H. (orgs.). *Fundamentos e Dimensões da Análise do Discurso*. Belo Horizonte: Carol Borges, 1999.

VERON, Eliseo; LIMA, Alceu Dias, trad. *A produção de sentido*. São Paulo: Cultrix, 1981. 238p.

VIGNAUX, Georges. **As ciências cognitivas**: uma introdução. Lisboa: Instituto Piaget, c1991 361p.